

Regime transitório apresentado em Conselho de Ministros

O Decreto Regulamentar hoje apresentado em Conselho de Ministros vem estabelecer um regime transitório de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, para vigorar até final do 1.º ciclo de avaliação que ficará concluído até 31 de Dezembro de 2009.

Constituindo a avaliação dos professores um instrumento essencial para a melhoria do serviço público de Educação, o Governo aprovou um novo regime de avaliação de desempenho, através do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, rompendo com o modelo anterior, que não permitia a diferenciação entre os professores, tratando todos por igual.

A introdução deste novo regime, que se baseia numa avaliação interna, integral e universal, realizada pelos pares, atribui às escolas uma significativa margem de autonomia, exigiu-lhes trabalho suplementar. Simultaneamente, o novo regime introduziu profundas mudanças que suscitaram certas dúvidas e resistências, levando a que algumas escolas tenham enfrentado dificuldades no momento da sua aplicação.

A experiência dessa aplicação revelou assim a necessidade de introduzir algumas adaptações e ajustamentos, nalguns casos importantes, que permitam superar essas dificuldades. No sentido de identificar plenamente os problemas na avaliação de desempenho dos professores e de obter contributos para melhorar os termos da sua aplicação e favorecer as condições de funcionamento das escolas, o Governo promoveu, mais uma vez, um processo de auscultação das escolas, dos sindicatos representativos dos professores, dos pais e de outros agentes do sistema educativo.

Essa auscultação permitiu identificar três problemas principais: a existência de avaliadores de áreas disciplinares diferentes dos avaliados, a burocracia dos procedimentos previstos e a sobrecarga de trabalho inerente ao processo de avaliação.

Para resolver estes problemas, o Governo decidiu adoptar um regime transitório no sentido de facilitar o procedimento de avaliação. Esse regime consiste nas medidas seguintes:

- . assegurar que os professores que o pretendam são avaliados por avaliadores da mesma área disciplinar;
- . dispensar, neste ano lectivo, o critério dos resultados escolares e das taxas de abandono, considerando as dificuldades identificadas pelo Conselho Científico da Avaliação dos Professores;
- . dispensar as reuniões entre avaliadores e avaliados sempre que exista acordo tácito sobre a fixação dos objectivos individuais ou sobre a classificação proposta;
- . tornar a avaliação a cargo dos coordenadores de departamento curricular (a avaliação da componente pedagógica incluindo a observação de aulas), dependente de requerimento dos interessados e condição necessária para a obtenção da classificação de Muito Bom ou Excelente;
- . reduzir de três para duas o número das aulas a observar, ficando a terceira dependente de requerimento do professor avaliado;
- . dispensar da avaliação os professores que reúnam condições de aposentação até final do ano escolar de 2010/2011 e os docentes contratados em áreas

profissionais, vocacionais, tecnológicas e artísticas, não integradas em grupos de recrutamento;

. simplificar o regime de avaliação dos professores avaliadores e compensar a sua sobrecarga de trabalho.

O presente decreto regulamentar, que foi sujeito a procedimento de negociação sindical nos termos da lei, estabelece a regulamentação do processo de avaliação até ao final deste primeiro ciclo de avaliação, em 31 de Dezembro de 2009, e concretiza as medidas adoptadas pelo Governo, sem prejuízo do que foi objecto de outros despachos competentes.

Para mais informações, consultar:

1 - Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Perguntas e respostas sobre a avaliação de desempenho docente, em <http://www.min-edu.pt/esclareceavaliacao/pr/home.html>.

3 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>.

4 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

5 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

6 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(17 de Dezembro de 2008)